



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONTRATO CELEBRADO ENTRE
MUNICÍPIO DE MIRADOR-PR, E A
EMPRESA ISABELA FERREIRA HONORIO –
ME, NOS TERMOS DO PROCESSO
LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020.**

CONTRATO N.º 013/2020.

ID-TCE/PR Nº 1494/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRADOR, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Avenida Guaíra, 153 - CEP: 87.840-000, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.475.442/0001-93, neste Ato representado por seu Prefeito, Sr. **Reinaldo Pinheiro da Silva**, residente e domiciliado nesta cidade portador da Cédula de Identidade RG n.º 37420135/SSP-PR e do CPF/MF sob n.º 523.491.799-15 e:

CONTRATADO: **ISABELA FERREIRA HONORIO - ME**, pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua Natael Emerenciano Junior, nº122, Rodovia Paraná 082, na cidade de São João do Ivai - PR,, Estado do Paraná, devidamente escrita no CNPJ/MF Sob n.º. 34.459.942.0001.54, neste ato representada por Isabela Ferreira Honorio, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Sete de Setembro, 360, Centro, na Lunardelli Estado do Paraná, inscrito no CPF/MF Sob n.º. 101.342.269 - 41, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 8.666/93 com as alterações da Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, do processo licitatório, **Pregão Presencial nº 002/2020**, e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato obedece às normas fixadas na **Pregão Presencial nº 002/2020**, combinado com os ditames da Lei Federal 8.666/93, alterada pelas Leis 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98 e 9.854/99, e Lei Federal n.º 10.520/02, bem como às condições abaixo relacionadas, declarando as partes terem integral conhecimento do texto legal relacionado e que a eles se submetem.

CLÁUSULA SEGUNDA-DO OBJETO

O presente pacto tem por objeto a contratação de empresa especializada para a **AQUISIÇÃO DE “MATERIAIS DE EXPEDIENTE” PARA AS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MIRADOR, ESTADO DO PARANÁ.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA

§1.º - Os produtos a serem fornecidos pela CONTRATADA na forma da cláusula segunda supra, deverão ser no prazo máximo de 5 (cinco) dias à contar da expedição da autorização para execução dos mesmos a ser emitida pelo CONTRATANTE, nas condições descritas no processo de Pregão Presencial n.º 002/2020.



§2.º- O presente Contrato terá a vigência, para consecução do objeto em Clausula Segunda, até 31 de dezembro de 2020 contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente (art. 57 e ss. c/c art. 65 e ss. da Lei nº 8.666/93).

§3.º- A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada por solicitação do Contratante mediante Termo Aditivo devidamente justificado.

CLÁUSULA QUARTA-DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1.º- Para a consecução dos objetivos previstos no presente instrumento, o CONTRATANTE efetuará o pagamento no preço ofertado, em moeda corrente nacional, sendo o valor global de **R\$ 8.024,74 (oito mil e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos)**, até o 15º dia útil subsequente ao vencido, após a expedição da nota fiscal, a nota fiscal deverá ser emitida no CNPJ da secretaria solicitante, na qual deverão estar inseridos os dados correspondentes ao presente certame, conforme proposta classificada da CONTRATADA, devidamente adjudicada e homologada, através de crédito em conta corrente, de acordo com a fatura/recibo/nota fiscal apresentada, atestada e vistada pelo Órgão solicitante, ou diretamente na Tesouraria da Prefeitura Municipal.

§2.º- Em ocorrendo atraso no pagamento devido pela Administração superior ao prazo estabelecido no art. 78, inc. XV, da Lei Federal n.º 8.666/93, fica assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

§3.º- O preço estabelecido deverá ser fixo e irrevogável, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do art. 65, da Lei 8666/93.

§4.º- **A empresa deverá possuir conta no Banco do Brasil ou emitir boleto para pagamento, caso a conta seja de outro banco as despesas de transferência será descontada no pagamento para a empresa.**

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto será recebido pela CONTRATANTE na forma e prazos estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 73, da Lei 8.666, de 21 de Agosto de 1.993.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os recursos financeiros necessários à satisfação do objeto do presente contrato serão garantidos por dotações próprias consignadas no orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário, sob as rubricas orçamentárias:

RED.	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SALDO DISPONÍVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
Material de Expediente - 33.90.30.16.00.00				
63	03.001.04.122.0002.2006	33.90.30.16.00.00	0	R\$ 8.312,30
77	03.002.04.122.0002.2007	33.90.30.16.00.00	0	R\$ 8.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA				
Material de Expediente - 33.90.30.16.00.00				
152	04.001.04.123.0002.2014	33.90.30.16.00.00	0	R\$ 9.493,30
166	04.002.04.123.0002.2017	33.90.30.16.00.00	0	R\$ 5.000,00



186	04.003.04.121.0002.2018	33.90.30.16.00.00	0	R\$	8.000,00
198	04.004.04.129.0008.2019	33.90.30.16.00.00	0	R\$	5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Material de Expediente - 33.90.30.16.00.00					
231	05.002.08.244.0013.2022	33.90.30.16.00.00	0	R\$	3.252,30
231	05.002.08.244.0013.2022	33.90.30.16.00.00	933	R\$	2.000,00
231	05.002.08.244.0013.2022	33.90.30.16.00.00	934	R\$	12.233,65
247	05.003.08.243.0013.6001	33.90.30.16.00.00	0	R\$	3.000,00
247	05.003.08.243.0013.6001	33.90.30.16.00.00	934	R\$	10.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Material de Expediente - 33.90.30.16.00.00					
272	06.001.12.361.0010.2024	33.90.30.16.00.00	0	R\$	3.000,00
272	06.001.12.361.0010.2024	33.90.30.16.00.00	103	R\$	5.000,00
272	06.001.12.361.0010.2024	33.90.30.16.00.00	104	R\$	2.000,00
287	06.002.12.361.0010.2025	33.90.30.16.00.00	0	R\$	5.000,00
287	06.002.12.361.0010.2025	33.90.30.16.00.00	103	R\$	8.000,00
287	06.002.12.361.0010.2025	33.90.30.16.00.00	104	R\$	4.000,00
287	06.002.12.361.0010.2025	33.90.30.16.00.00	107	R\$	15.531,10
305	06.002.12.361.0010.2027	33.90.30.16.00.00	102	R\$	4.000,00
319	06.003.12.365.0010.2028	33.90.30.16.00.00	0	R\$	4.784,20
319	06.003.12.365.0010.2028	33.90.30.16.00.00	103	R\$	5.000,00
319	06.003.12.365.0010.2028	33.90.30.16.00.00	123	R\$	2.000,00
339	06.003.12.365.0010.2030	33.90.30.16.00.00	102	R\$	4.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
Material de Expediente - 33.90.30.16.00.00					
380	07.001.10.301.0012.2037	33.90.30.16.00.00	303	R\$	2.000,00
400	07.002.10.301.0012.2038	33.90.30.16.00.00	0	R\$	2.000,00
400	07.002.10.301.0012.2038	33.90.30.16.00.00	303	R\$	7.604,55
414	07.002.10.301.0012.2039	33.90.30.16.00.00	494	R\$	1.500,00
420	07.002.10.301.0012.2040	33.90.30.16.00.00	494	R\$	1.000,00
439	07.002.10.304.0012.2043	33.90.30.16.00.00	494	R\$	1.000,00
447	07.002.10.305.0012.2044	33.90.30.16.00.00	494	R\$	1.000,00
TOTAL GERAL DE DOTAÇÃO				R\$	153.211,40

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

Nos termos do artigo 56 “caput” da Lei 8.666, de 21 de Agosto de 1.993, não será exigida da CONTRATADA a prestação de garantias.



CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS, RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

§1.º – Ao CONTRATANTE fica assegurado o direito de requerer a rescisão do presente contrato, em ocorrendo quaisquer das hipóteses fáticas de tratam os artigos 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666, de 21 de Agosto de 1.993.

§2.º – À CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a. Multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total, o equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções.
- b. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e
- c. Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§3.º - Na hipótese de aplicação de multa, esta será de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato e será cobrada por infração cometida, até o valor máximo acumulado de 5% (cinco por cento), cujo valor será descontado do valor de eventuais créditos de produtos já prestados pela CONTRATADA ou, ainda, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO LEGAL

O presente contrato vincula-se aos termos do **Pregão Presencial nº 002/2020**, bem como à proposta homologada e adjudicada à CONTRATADA, assim como aos termos da Lei 8.666, de 21 de Agosto de 1.993, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA obriga a manter-se, durante o prazo de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial nº 002/2020**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

§1.º - O presente instrumento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas aqui avençadas e as normas da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 10.520/02, bem como com as disposições do **Pregão Presencial nº 002/2020**, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

§1.º - Caberá ao Fiscal do Contrato, o acompanhamento da entrega dos produtos ou da prestação produtos, por servidor do Município de Mirador, especialmente designado na forma do artigo 67, da Lei nº 8.666/93:

§2.º - Para acompanhamento e fiscalização do objeto, fica indicado a servidora **GLEICE PEREIRA DOS SANTOS** – CONFORME PORTARIA Nº 011/2018;

§3.º - Caberá ao fiscal o acompanhamento da execução contratual, informando ao seu superior às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato;

§4.º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa;



§5.º - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da **CONTRATANTE**, não elide nem diminui a responsabilidade do **CONTRATADO** quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

§6.º - O **CONTRATADO** deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

§1.º – O presente contrato não terá reajuste no período de sua vigência, podendo sofrer correção somente se houver prorrogação do contrato, baseado nos índices IPCA do IBGE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro previsto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

§2.º - É vedada à contratada, a subcontratação, total ou parcial da prestação do serviço, permanecendo como a única responsável perante o Município de Mirador/PR.

§3.º - A contratada suportará todos os encargos de natureza trabalhista, acidentária, previdenciária, administrativa, bem assim os tributos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

§4.º - Os casos omissos serão resolvidos pela comissão de licitação, tomando-se por base a legislação, a jurisprudência e a doutrina, aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Por força de disposição legal, fica eleito o foro da Comarca de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, como competente para a solução de qualquer questão oriunda do presente contrato, dispensando outros por mais privilegiado que sejam.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias digitadas de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que também o firmam.

Mirador/PR, 30 de Janeiro de 2020.

Reinaldo Pinheiro da Silva
PREFEITURA MUNICIPAL

Isabela Ferreira Honorio
ISABELA FERREIRA HONORIO - ME

Graciel José Neto
CPF: 516.128.959-72

Juciana Cordeiro dos Santos
CPF: 082.180.859-12